

SUMÁRIO

PARTE I

AUTORITARISMO E DEMOCRACIA POPULISTA 13

Luiz Flávio Gomes

- 1. SOBRE O FUROR LEGISLATIVO E O POPULISMO PENAL 13**
- 2. PRODUÇÃO LEGISLATIVA DE 1940 A SETEMBRO DE 2019..... 35**
- 3. POPULISMO PENAL E SUAS PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS..... 36**
- 4. A UTOPIA DE UM FUTURO SEM VIOLÊNCIA 62**

PARTE II

POPULISMO PENAL NO BRASIL 75

Luís Wanderley Gazoto

- 1. PROGRESSIVA E DESPROPORCIONAL EXASPERAÇÃO PENAL NO BRASIL 75**
- 2. DIREITO PENAL E ESTRUTURAS SOCIAIS NO BRASIL: DA INDEPENDÊNCIA À DITADURA MILITAR (1822-1985) 77**
 - 2.1. As Ordenações Filipinas 77
 - 2.2. Estruturas sociais e sistema penal do Brasil-Império..... 80
 - 2.2.1. A primeira Assembleia Constituinte..... 82
 - 2.2.2. A instalação do Legislativo 85
 - 2.2.3. O Código Criminal do Império..... 87
 - 2.2.3.1. As particularidades do liberalismo brasileiro.... 88
 - 2.2.3.2. Os progressos penais do I Império 93
 - 2.2.4. O processo penal do I Império 94
 - 2.3. O período da Regência e Segundo Império 98
 - 2.3.1. A Lei 261, de 1841: o “regresso” 98
 - 2.3.2. A Lei 2.033, de 20 de setembro de 1871..... 101
 - 2.4. Estruturas sociais e sistema penal da I República 104
 - 2.4.1. Federalismo 111
 - 2.4.2. O positivismo comteano na República..... 115
 - 2.4.3. Os primeiros atos do Governo Provisório 123

2.4.4.	O processo penal na I República.....	124
2.4.5.	O Código Penal de 1890	126
2.5.	Estruturas sociais e sistema penal do Estado Novo	130
2.5.1.	O Código Penal de 1940	135
2.5.1.1.	Influência da Escola Positiva no Brasil.....	135
2.5.1.2.	Síntese histórica do Código Penal de 1940	140
2.5.1.3.	Finalidade das penas.....	142
2.5.1.4.	Responsabilidade penal.....	144
2.5.1.5.	Classificação dos delinquentes	146
2.5.1.6.	Medidas de segurança.....	147
2.5.1.7.	Sanções penais.....	149
2.5.2.	A legislação processual penal do Estado Novo	153
2.6.	O governo militar	155
2.6.1.	A reforma do CP, em 1984.....	159
2.6.2.	A legislação processual penal da ditadura militar..	162
3.	JUSTIFICATIVAS DO CONGRESSO NACIONAL AO RIGOR PENAL LEGISLATIVO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	163
3.1.	Análise das leis aprovadas e suas exposições de motivos.....	166
3.1.1.	Análise quantitativa.....	166
3.1.1.1.	Análise quantitativa, relativamente aos períodos/governos	167
3.1.1.2.	Recorrência de temas	169
3.1.1.3.	Análise quantitativa, relativamente à severidade das leis.....	172
3.1.2.	Análise qualitativa das leis mais gravosas	175
3.1.2.1.	Crimes hediondos e crime organizado.....	175
3.1.2.1.1.	Porte e comércio ilegal de armas.....	188
3.1.2.1.2.	Crimes de “lavagem de dinheiro”	190
3.1.2.1.3.	Crimes relativos a drogas ilícitas.....	191
3.1.2.2.	Minorias, racismo, crianças, mulheres, idosos. 194	
3.1.2.2.1.	Proteção a deficientes, crianças e idosos.....	195

3.1.2.2.2.	Leis criminais de proteção especial a mulheres	197
3.1.2.2.3.	Racismo	201
3.1.2.2.4.	Apreciação da legislação penal de proteção a menores, mulheres etc.....	202
3.1.2.3.	O tratamento penal dos ilícitos tributários	207
3.1.2.4.	Crimes ambientais	211
3.1.2.5.	Crimes empresariais, falimentares, sistema financeiro etc.....	212
3.1.2.5.1.	Uso da palavra “couro”	216
3.1.2.5.2.	Uso irregular de combustíveis.....	217
3.1.2.5.3.	Crime de fraude a credores em falência.....	217
3.1.2.6.	Crimes contra a Administração Pública e/ou Justiça	218
3.1.2.7.	Leis de conteúdo moral.....	220
3.1.2.8.	Aplicações práticas que ferem o “princípio da insignificância”	221
3.1.2.8.1.	Furtos insignificantes	222
3.1.2.8.2.	Atividades clandestinas de telecomunicações	223
3.1.2.8.3.	Exploração ilegal de minério.....	224
3.1.3.	Análise das leis mais benéficas	225
3.2.	Análise dos projetos de leis das últimas legislaturas e suas exposições de motivos.....	228
3.2.1.	Introdução	228
3.2.2.	Projetos de leis da Câmara dos Deputados.....	229
3.2.2.1.	Quanto à severidade dos projetos	229
3.2.2.2.	Temática dos projetos.....	230
3.2.2.3.	A relação entre partidos políticos e projetos criminais.....	233
3.2.2.4.	Análise de projetos específicos.....	234
3.2.3.	Projetos de leis do Senado	239
3.2.3.1.	Quanto à severidade dos projetos	239

3.2.3.2. Temática dos projetos.....	239
3.2.3.3. A relação entre partidos políticos e projetos criminais.....	240
3.2.3.4. Análise de projetos específicos.....	241
4. ANÁLISE CONCLUSIVA DO RIGOR PENAL LEGISLATIVO CONTEMPORÂNEO	247
4.1. Sobre o progressivo rigor punitivo contemporâneo.....	247
4.2. Sobre a alegada utilidade que a lei penal teria para prevenir delitos.....	252
4.3. Como as representações sociais podem influenciar a legislação penal.....	260
4.4. Opinião pública, mídia e produção legislativa penal	268
4.5. A influência das representações sociais e mídia na produção legislativa brasileira	278
4.6. O funcionalismo penal: a justificação das penas na solidariedade social	281
4.6.1. Durkheim: a pena como instrumento de promoção da solidariedade social.....	281
4.6.2. Luhmann: a pena como reafirmação de expectativas sociais.....	285
4.6.3. Jakobs: o funcionalismo penal.....	288
4.7. Sistema jurídico-penal brasileiro: do funcionalismo ao populismo penal	290
4.7.1. O populismo e o populismo penal	292
4.7.2. Populismo penal e “direito penal simbólico”	294
4.7.3. A disseminação populista.....	298
4.7.4. Populismo e oportunismo político.....	302
4.7.5. O populismo penal não tem partido político	305
4.7.6. Deficiências do populismo penal	307
4.7.7. Weber: “a democratização e a demagogia formam um par”	311
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA PARTE I	317
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA PARTE II.....	323